



FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ)

Demonstrações Contábeis Acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2025

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE (FNQ)

RELATÓRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

ÍNDICE

Relatório do Auditor Independente	3
Balanços Patrimoniais	6
Demonstração dos Resultados dos Exercícios	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	10

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da
FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Nacional da Qualidade ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Fundação Nacional da Qualidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem a finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis onde a Administração da Fundação apresenta várias medidas que estão voltadas ao cumprimento do plano estratégico estabelecido, a fim de atingir os resultados esperados nas suas operações e, assim, reverter o quadro de prejuízos recorrentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação reverteu o quadro de prejuízos recorrentes e registrou um superávit no exercício de R\$ 898 mil, contudo existe ainda um passivo circulante excedente ao ativo total em R\$ 2.275 mil e um patrimônio social negativo em R\$ 4.036 mil. A retomada do equilíbrio econômico e financeiro dependerá do sucesso contínuo do resultado do plano em curso. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por nós, cujo relatório emitido sem modificações em 08 de abril de 2025, com a seguinte ênfase:

“Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis onde a Administração da Fundação apresenta várias medidas que estão sendo voltadas ao cumprimento do plano estratégico estabelecido, a fim de atingir os resultados esperados nas suas operações e, assim, reverter o quadro de prejuízos incluindo os R\$ 69 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o passivo circulante excedente ao total do ativo em R\$ 2.938 mil. A retomada do equilíbrio econômico e financeiro dependerá do sucesso do resultado do plano em curso. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.”

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 13 de abril de 2026.



HLB BRASIL ASSURANCE

Rokembach & Cia. Auditores Ltda.

CRC 2SP042459/O-4 | CNAI-PJ 40 | CVM 7048

Henrique Rokembach

Henrique Rokembach

Sócio

CRCSP 337819/O-0 | CNAI 6544

Fundação Nacional da Qualidade

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	291	196	Fornecedores (Nota 7)	824	1.181
Contas a receber (Nota 5)	125	64	Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	36	119
Outros créditos	40	49	Parcelamento de impostos (Nota 8.1)	447	365
	456	309	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	1.330	1.122
			Receitas diferidas (Nota 10)	134	200
				2.771	2.987
Realizável a longo prazo			Não circulante		
Depósitos judiciais	25	25	Provisões para contingências (Nota 11)	249	569
Intangível (Nota 6)	15	15	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 9)	560	1.218
	40	40	Parcelamento de impostos (Nota 8.1)	952	509
				1.761	2.296
			Total do passivo	4.532	5.283
			Patrimônio social negativo		
			Patrimônio social negativo (Nota 12)	(4.036)	(4.934)
Total do ativo	496	349	Total do passivo e patrimônio líquido	496	349

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.




Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita líquida (Nota 13)	8.245	7.104
Custos dos serviços prestados (Nota 14)	<u>(3.343)</u>	<u>(2.901)</u>
Resultado Bruto	4.902	4.203
Despesas operacionais (Nota 14)		
Despesas administrativas	(3.653)	(3.917)
Despesas comerciais	-	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>104</u>	<u>(292)</u>
Resultado Operacional	1.353	(7)
Resultado financeiro (Nota 15)	<u>(455)</u>	<u>(62)</u>
Receitas financeiras	20	2
Despesas financeiras	(475)	(64)
Superávit (Déficit) do exercício	<u>898</u>	<u>(69)</u>

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Resultado acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2023 (reapresentado)	<u>(4.865)</u>	<u>-</u>	<u>(4.865)</u>
Déficit do exercício	-	(69)	(69)
Transferência para patrimônio social	<u>(69)</u>	<u>69</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2024	<u>(4.934)</u>	<u>-</u>	<u>(4.934)</u>
Superávit do exercício	-	898	898
Transferência para patrimônio social	898	<u>(898)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2025	<u>(4.036)</u>	<u>-</u>	<u>(4.036)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Fundação Nacional da Qualidade

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (Déficit) do exercício	898	(69)
Ajustes		
Amortização	-	85
Reversão da provisão para contingências	(320)	-
	<u>578</u>	<u>16</u>
Variações nos ativos (Redução)/Aumento		
Contas a receber	(61)	21
Outros créditos	9	(15)
Depósitos judiciais	-	(2)
Variações nos passivos Redução/(Aumento)		
Fornecedores	(357)	(288)
Impostos e contribuições a recolher	(83)	(223)
Obrigações sociais e trabalhistas	(450)	(179)
Receitas diferidas	(66)	(21)
Parcelamento de impostos	525	867
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>95</u>	<u>176</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>95</u>	<u>176</u>
No início do período	196	20
No final do período	291	196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis **Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Fundação Nacional da Qualidade (“Fundação” ou “FNQ”), constituída em 11 de outubro de 1991, é uma Fundação de direito privado sem fins lucrativos, localizada na cidade de São Paulo no bairro Cidade Monções e tem como objetivos estatutários:

- (a) disseminar os fundamentos da excelência da gestão para o aumento da competitividade das organizações e do Brasil;
- (b) promover a conscientização para a excelência da gestão nas organizações e facilitar a transmissão de informações e conceitos relativos às técnicas e práticas bem-sucedidas;
- (c) instituir o reconhecimento dos “Melhores em Gestão”, que será conferido anualmente às organizações estabelecidas no Brasil, avaliadas conforme os critérios e regulamentos estabelecidos pela Fundação com anuência do Conselho Curador;
- (d) planejar, organizar, operacionalizar, controlar e aperfeiçoar todo o processo de reconhecimento de “Melhores em Gestão”;
- (e) promover e participar de eventos, conferências, seminários, congressos, palestras, cursos, exposições e de programas de divulgação vinculados à sua finalidade institucional;
- (f) firmar contratos, acordos e convênios, com Fundações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, visando à produção e distribuição de materiais referentes à prestação de serviços especializados, atinentes às suas finalidades institucionais;
- (g) atuar como articuladora da rede nacional de prêmios da qualidade, com objetivo de disseminar o Modelo de Excelência da Gestão®;
- (h) criar e manter acervo de obras, informações e publicações técnicas que permitam a operacionalização e o aperfeiçoamento do processo de reconhecimento, bem como o fomento, o suporte técnico e a educação para a excelência da gestão de organizações;
- (i) promover ações educativas para conscientizar e estimular as pessoas e organizações a adotarem o Modelo de Excelência da Gestão®;
- (j) promover estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- (k) promoção do voluntariado;
- (l) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão contextualizadas, apesar das dificuldades vivenciadas, no pressuposto básico da continuidade normal das operações da Fundação e não contemplam nenhum ajuste nem classificação dos valores ativos e passivos para uma situação de liquidação.



A Administração, com o apoio imprescindível do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria, reconhece a relevância da Fundação no cumprimento do seu papel de contribuir para o desenvolvimento econômico do Brasil, apoiando e instrumentalizando as organizações públicas e privadas para que busquem a excelência por meio da boa gestão, principalmente no momento de recessão econômica agravada pela pandemia. Diante disso, a FNQ está empreendendo diversas medidas voltadas ao cumprimento do plano estratégico estabelecido, que estão sendo executadas pela Administração e pela Governança, impreterivelmente, a fim de atingir os resultados esperados das suas operações e, assim, reverter o quadro de prejuízos recorrentes.

Entre essas medidas destacam-se as seguintes:

- Resgatar a relevância da FNQ nos moldes da sua criação, quando o País não podia competir internacionalmente devido à qualidade dos produtos aqui produzidos, como mobilização nacional para nos inserirmos nas cadeias comerciais globais;
- Desdobramento em ações e revisão contínua do Mapa Estratégico de Negócios;
- Revisão constante do Portfólio, tendo a flexibilidade e a rapidez para criar e adaptar produtos e serviços, com base na Experiência do Cliente;
- Dar continuidade de ações junto aos conselheiros para a promoção do Portfólio e atração de novos Filiados e Patrocinadores;
- Obtenção de maior engajamento e comprometimento do Conselho Curador à causa da FNQ, debaixo do mote de transformar as organizações e empresas pela gestão – único caminho para melhorar a produtividade, a competitividade e gerar empregos;
- Desenvolvimento de Programas Customizados do Modelo de Excelência da Gestão, sob a ótica de peculiaridades de setores – ou de atividades, sob um olhar transformador e baseado em valor;
- Disseminação do MEG RH (Instrumento de Avaliação da Maturidade de Gestão para Recursos Humanos). Um instrumento que tem como um dos benefícios a integração dos processos de RH para uma gestão estratégica;
- Foco em Marketing Digital para reposicionamento da marca, venda ativa e renovação do portfólio;
- Continuidade nas melhorias do Site / Portal para ser uma plataforma de engajamento com o público de relacionamento e interesse, e que criar oportunidades para comercialização de produtos, interatividade e visibilidade;
- Pesquisa de satisfação de filiados para a promoção de novos benefícios e conteúdos mais atrativos;
- Reformulação dos cursos para o formato digital com novas metodologias e aplicações práticas;
- Contratação de especialista em vendas para compor a equipe, trazendo novos conhecimentos e metodologias em vendas;
- Geração de grupos de clientes “*key account*” para uma abordagem focada de negócios;



- Elaboração de contratos de parcerias de vendas;
- Abordagem sistemática com associações para formalização de parcerias e acesso indireto (às vezes direto) aos seus filiados;
- Retomar abordagens e potenciais projetos com o SEBRAE em parceria com ex-Diretor desta organização;
- Criar o NAT (Núcleo de Assessoria Técnica) com especialistas e GT (Grupos de Trabalhos) para ações específicas, após priorização: GT B (parcerias regionais), GT C (comunicação – revista), GT E (novos cursos) e GT G (organizações nacionais);
- Revisão e/ou encerramento de contratos com fornecedores para redução sistemática de custos fixos;
- Assegurar total aderência aos conceitos de Compliance e implantação de medidas necessárias;
- Desenvolver o tema LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) para comercialização de cursos e diagnósticos;
- Conceituação e implantação de uma Revista Digital da FNQ.

Com as medidas mencionadas, a Administração da FNQ, avalia que há possibilidades de reversão do quadro do patrimônio social negativo, e está trabalhando e implantando as medidas para erradicar o problema financeiro, porém, algumas medidas são de caráter estrutural, com alguma contribuição financeira, mas que isoladamente não trazem o impacto necessário para uma situação de reversão. Outras medidas, apesar de estudadas, avaliadas e perseguidas sistematicamente, dependerão do engajamento da Governança voluntária e de fatores externos, classificados dentro de grupos de risco. Desta forma, apesar da intenção e esforços gerados pela Administração em manter as operações, existe risco da não continuidade operacional, caso as medidas não possam ser implementadas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação Nacional da Qualidade em 13 de abril de 2026.

A Administração da Fundação adotou ações de melhoria do processo de conciliação e apresentação das contas contábeis. Espera-se que haja um impacto positivo na qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis em decorrência dessas ações.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, para Pequenas e Médias Empresas NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, incluindo a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem a finalidade de lucros e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento estão relacionadas à vida útil do imobilizado e intangível.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit (déficit) do período.

2.4 Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas.

A Fundação não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

2.5 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo amortizado, que se assemelha ao valor faturado. A provisão para créditos de realização duvidosa, quando aplicável, é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.6 Outros créditos

Referem-se a adiantamentos de férias e a fornecedores e são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.7 Intangível

Refere-se ao custo de desenvolvimento e aquisição de marcas e patentes e software. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de cinco a dez anos, que é a melhor estimativa da vida útil.



2.8 Redução ao valor recuperável

Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.9 Receita diferida

Refere-se à receita de afiliados e patrocínios, que já foi recebida financeiramente e será apropriada mensalmente de acordo com a sua anuidade ou período de contrato de patrocínio.

2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.11 Demais passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.12 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Contingências passivas – são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis, e as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.13 Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.



3. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	291	196
Contas a receber	125	64
	<u>416</u>	<u>260</u>
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	824	1.181
	<u>824</u>	<u>1.181</u>

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Conta corrente	40	196
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	251	-
	<u>291</u>	<u>196</u>

5. Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cursos e treinamentos de qualificação	89	15
Projetos	36	49
	<u>125</u>	<u>64</u>



6. Intangível

	2025		2024		Taxas anuais de amortização - %
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Software	668	(668)	-	-	10
Licenças de uso	76	(76)	-	-	10
Marcas e patentes	15	-	15	15	
	759	(744)	15	15	

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2023	100
Amortização	(85)
Em 31 de dezembro de 2024	15
Amortização	-
Em 31 de dezembro de 2025	15

7. Fornecedores

	2025	2024
Consultorias contratadas para os cursos e treinamentos de qualificação	-	668
Especialistas dos projetos	580	-
Serviços de terceiros	210	419
Benefícios a empregados	34	65
Ocupação e manutenção	-	2
Viagem e estadas	-	27
	824	1.181

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 731 encontra-se em atraso. Esses valores estão registrados no valor original, ou seja, não contemplam eventuais acréscimos legais decorrentes de atualização monetária, multa e juros.

8. Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
IRRF sobre serviços terceiros	2	4
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços terceiros	7	13
ISS a recolher	27	102
	36	119

Em 31 de dezembro de 2025, parte desses valores encontra-se em atraso e demonstrados pelo seu valor original:

- IRRF sobre serviços de terceiros: R\$ 1;
- Contribuições Sociais Retidas na Fonte: R\$ 4.

8.1. Impostos e contribuições parcelados

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos Federais Parcelados	985	622
Impostos Municipais Parcelados	414	252
	<u>1.399</u>	<u>874</u>
Passivo circulante	447	365
Passivo não circulante	952	509
	<u>1.399</u>	<u>874</u>

9. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FGTS a recolher	13	170
INSS a recolher	71	118
IRRF a recolher	55	78
PIS a recolher	2	4
Provisão de férias	216	238
Salários a pagar	468	468
Outras obrigações	1.017	1.218
Parcelamento de INSS	48	46
	<u>1.890</u>	<u>2.340</u>
Passivo circulante	1.330	1.122
Passivo não circulante	560	1.218
	<u>1.890</u>	<u>2.340</u>

Em 31 de dezembro de 2025, parte desses valores encontra-se em atraso e demonstrados pelo seu valor original:

- INSS a recolher: R\$ 37
- IRRF a recolher: R\$ 12
- PIS a recolher: R\$ 1




10. Receitas diferidas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Filiados	134	125
Patrocínio	-	75
	<u>134</u>	<u>200</u>

11. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação possuía ações com risco de perda classificado pela Administração como provável, no montante de R\$249 mil, as quais foram integralmente provisionadas.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cíveis	249	192
Trabalhistas	-	377
	<u>249</u>	<u>569</u>

A Fundação não possuía ações, envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possível, bem como não possui outras informações a serem divulgadas.

12. Patrimônio Social

O estatuto social prevê que em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio será incorporado ao patrimônio de outras fundações congêneres, idôneas, dotadas de personalidade jurídica, ou, ainda, de associações, sem fins lucrativos, dedicadas a atividades de fomento e apoio à qualidade na gestão organizacional, observando-se as normas legais aplicáveis, e desde que tais fundações ou associações sem fins lucrativos atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/99, bem como sejam atendidos todos os compromissos pendentes, inclusive as doações condicionadas porventura existentes, ouvido o Ministério Público. O superávit do exercício, quando gerado, será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Fundação, e o déficit do período, quando gerado, será integralmente incorporado ao patrimônio social.



13. Receita líquida

	2025	2024
Cursos e treinamentos de qualificação	3.538	825
Contribuição de instituidores e mantenedores	311	395
Patrocínios	120	7
Publicações e periódicos	1	-
Projetos	4.675	6.222
Outras receitas	5	3
	<u>(405)</u>	<u>(348)</u>
	<u>8.245</u>	<u>7.104</u>

14. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Custos dos serviços prestados		
Prestadores de serviços – Autoavaliação assistida	(3.342)	(2.810)
Outros custos	(1)	(91)
	<u>(3.343)</u>	<u>(2.901)</u>
Despesas administrativas	(3.653)	(3.917)
<i>Despesas com pessoal</i>		
Salários	(1.139)	(1.105)
Férias	(179)	(168)
13º salário	(141)	(110)
Encargos sociais	(99)	(402)
PIS sobre folha de pagamento	(11)	(11)
Plano de saúde	(296)	(332)
Treinamentos	(4)	(89)
Vale refeição	(46)	(52)
Outros gastos com pessoal	(1)	(114)
	<u>(1.916)</u>	<u>(2.383)</u>
<i>Serviços de terceiros</i>		
Informática e serviços de Internet	(290)	(360)
Serviços técnicos especializados	(1.388)	(1.087)
Eventos	(35)	(56)
Editoração, gráficas e cópias	(11)	(21)
Outras despesas	(13)	(10)
	<u>(1.737)</u>	<u>(1.534)</u>
<i>Despesas comerciais</i>		
Propaganda e publicidade	-	(1)
	<u>-</u>	<u>(1)</u>
<i>Outras despesas operacionais</i>		
(Reversão) Provisão para contingências	320	-
Amortização	-	(85)
Locações de sala e equipamentos	(24)	(3)
Despesas operacionais diversas	(192)	(204)
	<u>104</u>	<u>(292)</u>
Total	<u>(6.892)</u>	<u>(7.111)</u>



15. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras	<u>20</u>	<u>2</u>
Rendimento de aplicação financeira	1	2
Juros ativos	7	-
Descontos obtidos	12	-
Despesas financeiras	<u>(475)</u>	<u>(64)</u>
Multas e juros	(460)	(42)
Descontos concedidos	(1)	(4)
Tarifas bancárias	(14)	(18)
	<u>(455)</u>	<u>(62)</u>

16. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Fundação não remunera, a qualquer título, seus dirigentes, nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus associados.

Em relação ao administrador remunerado, denominado Presidente Executivo, a remuneração incluindo encargos trabalhistas, foi de R\$ 998 (R\$ 846 em 2024).

17. Informações tributárias

(a) As declarações de renda estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

(b) Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídos e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se Fundação sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Fundação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Fundação enquadra-se no conceito de pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção quanto ao recolhimento do imposto de renda. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Fundação, ou o não cumprimento das obrigações formais estabelecidas para as Fundação sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 (alterado pela Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998), pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Fundação.



Em relação à contribuição social, a Fundação entende ter isenção da contribuição social sobre o superávit em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. Durante o exercício de 2017 e, para atender as orientações da norma NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem a finalidade de lucros, a Administração da Fundação avaliou a mensuração e divulgação de valores de renúncia fiscal e que a isenção da contribuição social propicia à Fundação, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes da contribuição social ao resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade ou do superávit apurado, destacamos o seguinte: (i) Programa de Integração Social (PIS) contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamento; (ii) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pagamento integral das contribuições devidas; (iii) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - 5% incidente sobre a venda de cursos e treinamentos de qualificação; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6% incidente sobre as receitas de patrocínio, cursos e treinamentos de qualificação, publicações e periódicos, taxa de participação do Prêmio Nacional da Qualidade e outras receitas decorrentes das operações contra prestacional.

* * *



Nome: Ronald Martin Dauscha
CPF: 552.638.959-68
Cargo: Presidente Executivo



Nome: Fabio Maia
CRC: 1SP268074/O-1
Cargo: Contador responsável